

Comissão da Verdade em abril

» ALANA RIZZO

A Comissão da Verdade será sancionada hoje pela presidente Dilma Rousseff e deve começar a funcionar a partir de abril. O Palácio do Planalto quer evitar a coincidência da agenda do grupo com o período eleitoral. O colegiado ficará responsável por investigar violações de direitos humanos entre 1946 e 1988. Há receio de que o assunto seja usado nas eleições.

Tema caro à presidente, Dilma tem mantido a “sete chaves” os nomes dos integrantes da comissão. A expectativa é de que ela indique os membros até meados de dezembro e, a partir daí, as atividades comecem a ser planejadas. A presidente tem rejeitado sugestões e indicações de nomes.

“O sucesso desta comissão vai

depende dos integrantes e esse é o problema da presidente. Se ela fizer boas indicações, terá um papel histórico. Caso aconteça o contrário, o fracasso cairá na conta dela”, afirma um interlocutor do Palácio, explicando o delicado dilema da presidente. Dilma tem encontrado resistência tanto do lado dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, que cobram nomes comprometidos com a causa, quanto dos militares, que pressionam pela escolha de figuras independentes para evitar o clima de revanchismo.

A comissão, vinculada à Casa Civil, será formada por sete pessoas, escolhidas com base na conduta ética e atuação em defesa da democracia e dos direitos humanos. Outros 14 servidores irão trabalhar na área administrativa e

serão responsáveis por coordenar os trabalhos, inclusive com os comitês estaduais.

Transparência

Na mesma cerimônia de sanção da comissão da verdade, Dilma assinará também a Lei de Acesso à Informação. A medida — que vale para os Três Poderes da União, estados e municípios — entrará em vigor 180 dias depois da publicação no *Diário Oficial da União*. A partir daí, nenhum documento poderá ser mantido em sigilo eternamente. Até aqueles considerados ultrasecretos, com informações imprescindíveis à segurança do Estado, estarão protegidos por um prazo máximo de 50 anos. No caso de documentos relativos às

» memória

Projeto polêmico

Depois de muita polêmica, a presidente Dilma Rousseff sancionará dois projetos de lei que criaram embaraços ao governo, mas representam um avanço para a democracia brasileira. Os dois textos — encaminhados ao Congresso pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva — foram negociados du-

rante anos e provocaram um racha no governo. Recentemente, a Lei de Acesso à Informação colocou em lados opostos a presidente e os ex-presidentes José Sarney (PMDB-AP) e Fernando Collor (PTB-AL). Ambos defendiam a manutenção do sigilo eterno. Já a Comissão da Verdade causou mal-estar público em 2009, quando os então ministros da Defesa, Nelson Jobim, e dos Direitos Humanos, Paulo Vanucchi, manifestaram divergência sobre a atuação do grupo.

violações de direitos humanos, não haverá mais qualquer possibilidade de segredo.

Todos os órgãos serão obrigados a dar transparência aos atos da administração pública, além de responder a questionamentos

dos cidadãos. O órgão responsável deverá conceder o acesso imediato à informação ou orientar como o cidadão poderá obtê-la em até 30 dias — em caso de recusa será necessário informar os motivos para a decisão.